

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

## **Análise de boas práticas de sustentabilidade e a possibilidade de replicação em instituições públicas**

Augusto César Moreira de Jesus (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR)

[augustocmjesus@gmail.com](mailto:augustocmjesus@gmail.com)

Cezar Augusto Romano (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR)

[caromano@utfpr.edu.br](mailto:caromano@utfpr.edu.br)

Janete Erika Fujihara (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR)

[janetefujihara@utfpr.edu.br](mailto:janetefujihara@utfpr.edu.br)

### **Resumo:**

O tema sustentabilidade tem sido estudado há décadas e sua relevância tem aumentado gradativamente. As boas práticas adotadas pelas empresas privadas na gestão socioambiental talvez possam ser replicadas pelas instituições públicas e de economia mista. Os estudos sobre sustentabilidade ambiental, econômica e social e ações sobre responsabilidade socioambiental, criação de indicadores, e programas como a Agenda 21 demonstram a importância do tema para a sociedade. O presente estudo é baseado em um estudo de caso múltiplo. Empresas privadas como Boticário e Robert Bosch possuem programas interessantes e ações concretas com relação à sustentabilidade. Assim como instituições de economia mista como Petrobrás, Eletrobrás e Copel. Já as instituições públicas como os Tribunais de Justiça, Eleitoral e do Trabalho, ainda que de forma inicial e não tão completa, procuram gerar atitudes em prol da sustentabilidade e relacionar as boas práticas de modo que outros tribunais possam replicar as ações. O estudo buscou identificar as boas práticas de sustentabilidade nas instituições privadas, públicas e de economia mista e como elas podem ser replicadas em outras instituições. Apesar de suas limitações, é possível que o trabalho prossiga no sentido de investigar outras instituições e com maior profundidade.

**Palavras-chaves:** Sustentabilidade, Responsabilidade socioambiental, Boas práticas.

## **Analysis of good sustainability practices and the possibility of replication in public institutions**

### **Abstract:**

The theme of sustainability has been studied for decades and its relevance has gradually increased. The good habits adopted by private companies in socio-environmental management may be replicated by public and mixed economy institutions. Studies on environmental, economic and social sustainability and actions on socio-environmental responsibility, creation of indicators, and programs such as Agenda 21 demonstrate the importance of the theme for society. The present study is based on a multiple case study. Private companies such as Boticário and Robert Bosch have interesting programs and concrete actions in relation to sustainability. As well as mixed-economy institutions such as Petrobrás, Eletrobrás and Copel. Public institutions such as the Courts of Justice, Electoral and Labor, although initially and not so complete, seek to generate attitudes towards sustainability and relate the good practices so that other courts can replicate actions. The study sought to identify good practices of sustainability in private, public and mixed economy institutions and how they can be replicated in other institutions. In spite of its limitations, it is possible that the work goes on to investigate other institutions more deeply.

**Keywords:** Sustainability, Socio-environmental responsibility, Good habits.

---

## 1. Introdução

A temática da sustentabilidade tem recebido maior relevância ao longo do tempo (Schenini et al., 2014; Malheiros et al., 2008). Empresas privadas têm direcionado atenção e recursos para esse assunto e a sua relação com os stakeholders (Grupo Boticário, 2015; Robert Bosch, 2015). As instituições públicas, em muitos casos, também estão adotando as boas práticas das empresas privadas, com as devidas adaptações considerando suas peculiaridades, com o objetivo de oferecer melhores serviços à sociedade (Petrobrás, 2015; Eletrobrás, 2015; Copel, 2016). A questão da sustentabilidade é imposta a todas organizações e parece importante que as boas práticas sugeridas para serem implantadas nas organizações privadas possam ser replicadas em outras organizações públicas.

Nesse contexto, surge a pergunta norteadora deste trabalho: Como a administração pública pode melhorar a gestão da sustentabilidade baseada em iniciativas de boas práticas já adotadas por algumas empresas privadas e de economia mista e instituições governamentais?

O objetivo deste trabalho é analisar como as boas práticas de sustentabilidade já existentes em empresas privadas e de economia mista e instituições governamentais podem ser replicadas, com as devidas adaptações, nas empresas da administração pública. Dessa forma, convém separar esse objetivo geral em pormenores, para que se possa identificar detalhadamente suas características. Assim, cabe identificar as boas práticas de sustentabilidade adotadas em empresas e instituições de relevância social e categorizar as boas práticas de sustentabilidade adotadas.

## 2. Revisão bibliográfica

O conceito de “desenvolvimento sustentável” ficou disseminado em 1987 com a divulgação do relatório Brundtland, denominado nosso futuro comum, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1988). Na sua definição ficou estabelecida o conceito como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. O nome foi dado em relação a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que chefiou a comissão para estudar o assunto. (Ipiranga et al., 2011).

Muitas empresas têm se baseado nessa definição e balizado suas ações de Responsabilidade Socioambiental (RSA) baseado no conceito do Triple Bottom Line, que se refere ao tripé social, ambiental e econômico para a sustentabilidade. Esse conceito é a principal ferramenta do Índice de Sustentabilidade da Dow Jones (Dow Jones Sustainability Index) da Bolsa de Valores de Nova Iorque e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores brasileira B3 (antiga BM&F Bovespa). São indicadores usados para avaliação de desempenho econômico das empresas e das ações de RSA (Cartilha do Ministério do Meio Ambiente A3P, 2009).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) tem por objetivo criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea, além de estimular a responsabilidade ética das corporações. É uma ferramenta de análise comparativa de performance das empresas sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social, demonstrada em um sistema de governança corporativa e inovação. A carteira da B3, do ano de 2017, contava com 38 ações de 34 companhias, que representam 15 setores e somam R\$ 1,31 bilhões em valor de mercado, equivalente a 52,14% do total do valor das

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

companhias com ações negociadas na bolsa (ISE, 2017).

Em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) produziu alguns documentos importantes. Dentre eles, destaca-se a Agenda 21 Global.

Baseado neste documento, diversos municípios brasileiros criaram a Agenda 21 Local. A agenda 21 nacional pode ser percebida como um documento resultado de um processo de planejamento participativo, podendo servir como base para formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento contínuo entre governo e sociedade, nos âmbitos ambiental, econômico, social e institucional. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) envidou esforços para a criação de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) no Brasil, baseado nos 57 indicadores criados pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS-ONU). Em sua primeira publicação foram apresentados um total de 50 indicadores. A primeira revisão, realizada em 2004, o número de indicadores elevou-se para 59. Na comparação entre esses 59 indicadores do IBGE e a Agenda 21 nacional, percebe-se apenas 6 indicadores que não possuem relação (Malheiros, et al., 2008).

### **3. Metodologia**

A estratégia desta investigação é o estudo de caso, que conforme Yin (2005, p.36) “representa uma maneira de investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados”. Esse estudo pretende realizar um estudo de casos múltiplos, que tem por necessidade a possibilidade de replicação, seja ela literal (prever resultados semelhantes) ou teórica (produzir resultados contrastantes apenas por razões previsíveis (YIN, 2005).

A pesquisa envolveu a análise de empresas privadas de significância na economia nacional, de diferentes setores produtivos, empresas de economia mista com capilaridade nacional e também entidades públicas com atuação social relevante.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados na obtenção de dados, classifica-se como um estudo bibliográfico que, segundo Cervo; Bervian e Silva (2007), objetiva responder aos problemas propostos a partir informações extraídas de documentos bibliográficos.

Os documentos bibliográficos consultados são de natureza secundária, conforme ensinamentos de Cervo; Bervian e Silva (2007), pois foram coletados em meio eletrônico, tendo como fontes os portais ou sites das empresas do estudo de caso múltiplo.

### **4. Apresentação e análise dos resultados**

A pesquisa bibliográfica sobre a atuação das organizações delimitadas na amostra estudada possibilitou a seleção de inúmeras práticas e ações desenvolvidas que podem ser utilizadas como referência na implementação em instituições públicas.

O Grupo Boticário possui quase quatro mil pontos de vendas em 1.750 cidades no Brasil, tornando-se a maior rede de franquias de beleza do mundo. Sua atuação envolve diversos segmentos como indústria, laboratório, pesquisa, logística, marketing e varejo. A base do seu negócio tem início na identificação do desejo do consumidor indo até a entrega do produto no ponto final de venda. Possui fábricas em São José dos Pinhais/PR e em Camaçari/BA, centros de distribuição em Registro/SP e São Gonçalo dos Campos/BA, além de escritórios em São Paulo, Curitiba, Colômbia e Portugal. Sua ações no âmbito da sustentabilidade envolvem o desenvolvimento de tecnologia na fabricação de cremes e

---

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

loções hidratantes que garantiu a diminuição de 71% do tempo de fabricação dos produtos, 70% do consumo de energia elétrica, 15% dos custos de transformação e 10% dos custos de matéria-prima. Sua fábrica de cosméticos em Camaçari/BA foi considerada a mais sustentável do Brasil.

Foi o primeiro centro de distribuição do Norte e Nordeste a receber a certificação LEED, que é uma certificação para construções sustentáveis concedida pela organização não-governamental americana U.S.Green Building Council. A loja “quem disse, Berenice”, em São Paulo, é a primeira com o mais alto nível da certificação LEED. A “The Beauty Box” possui 80% do piso das lojas composto de material reciclado, conceito também utilizado nas sacolas e caixas de presente, gerando 20% de redução de impacto ambiental nas sacolas e 14% nas caixas. Há um programa de reciclagem de embalagens presente em todas as lojas que geram um volume de resíduos que beneficia 21 cooperativas e mais de 900 catadores de materiais reciclados.

O Grupo Boticário possui algumas iniciativas sobre a estratégia de sustentabilidade na perspectiva financeira. Uma delas é o Índice de Sustentabilidade, que é uma ferramenta interna que mensura a evolução da inserção do tema nos processos da empresa. A metodologia foi desenvolvida baseada em indicadores internos e externos de fontes reconhecidas no mercado. Esse Índice de Sustentabilidade mensura os resultados, processos, aspectos financeiros e reputação em sustentabilidade.

O grupo Boticário participa de iniciativa, realizada pela agência alemã GIZ, junto com outras empresas com relevante atuação na área de sustentabilidade, de uma rede de empresas de países emergentes influentes na promoção do desenvolvimento sustentável. O primeiro resultado foi um projeto para auxiliar as empresas a identificarem e calcularem o retorno financeiro de determinados aspectos da sustentabilidade, e conta com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas como parceiro técnico no Brasil.

Com maior ênfase no ramo da indústria, esta pesquisa analisou as práticas sustentáveis desenvolvidas pela empresa Robert Bosch que atua no fornecimento de tecnologia e serviços. A empresa foi fundada em 1.886 na Alemanha e em 1.954 chegou ao Brasil com a oferta de produtos e serviços automotivos para montadoras e para o mercado de reposição, bem como ferramentas elétricas, sistemas de segurança, termotecnologia, máquinas de embalagens e tecnologias industriais. Dentre as 17 Metas de Desenvolvimento Sustentável, acordadas na sede da ONU em Nova York em 2015, a Bosch levou em consideração pelo menos nove, conforme relatório emitido em 2015.

No tocante à Meta 13 - ação contra a mudança global do clima – pode nota-se que a Bosch tem aumentado o uso de fontes renováveis de energia, especialmente em novas localidades. Como evidência tem-se que as 13 localidades da Bosch no México passaram a ter 70% da necessidade energética atendidas por um parque eólico em Charcas, São Luiz Potosí. Isso reduz os custos de energia em até 8%. Na unidade de Campinas, o programa de sustentabilidade “Conserva com Você”, lançado em meados de 2015, gerou resultados expressivos como a redução do consumo de energia elétrica em 700 Megawatts hora por ano, produção de 280 toneladas a menos de resíduos, economia de 3.000 metros cúbicos de água e reduziu as emissões de CO2 em 57 toneladas.

Com relação à Meta 12 - consumo e produção responsáveis, dados apresentados pela Bosch Austrália, em Clayton, demonstram que foi desenvolvido um método para recuperação de cobre e água no processo produtivo, reduzindo assim em 40 toneladas de resíduos líquidos por ano e a recuperação de 1,2 toneladas de cobre. Esse trabalho foi premiado com o “Premier’s Sustainability Award 2015” pelo governo australiano.

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

Uma otimização no processo produtivo em uma unidade em Jaipur, na Índia, possibilitou recuperar 2.100 litros de óleo por ano.

Em Schwieberdingen, na Alemanha, decidiu-se por não utilizar uma sistema com gases fluorados de efeito estufa, pois são prejudiciais à camada de ozônio. Assim, a Bosch já atende à diretiva da União Europeia que entrou em vigor em 2015 para a redução em 80% dos gases até 2030.

Com relação à Meta 9 - indústria, inovação e infraestrutura, a Bosch atualmente trabalha com mais de 100 projetos sobre o tema Indústria 4.0, tornando as plantas mais eficientes na utilização de recursos para a produção.

É muito comum utilizar-se a produção e consumo de combustíveis fósseis como atividades impactantes quanto ao tema responsabilidade ambiental. A Petrobrás é uma empresa que atua na exploração, produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis. Em 2016 a Petrobrás obteve a maior pontuação no Carbon Disclosure Project (CDP) desde que iniciou sua participação em 2006, recebendo o conceito A, que representa liderança em gestão e transparência. No ano de 2016 houve uma redução de 15% das emissões absolutas de gases de efeito estufa (GEE) em relação ao ano de 2015. Com investimento na melhoria da qualidade dos combustíveis, produz, desde 2009, o diesel com baixo teor de enxofre (S-10), reduzindo as emissões veiculares de óxido de enxofre (SOx) ao longo dos anos, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar nas cidades. Essa ação gerou como resultado uma redução de cerca de 3% destas emissões no período de 2009 a 2016. Com relação ao consumo de energia elétrica, a Petrobrás reduziu o consumo em 2016 em 19,3% em relação ao ano anterior.

Já as ações de melhoria do desempenho energético gerou uma economia de 2,1 mil terajoules no ano (TJ/a), o equivalente ao consumo de energia elétrica de uma cidade com 290 mil habitantes por um ano.

A utilização da água é um fator importante no âmbito da sustentabilidade. Nesse sentido, a empresa investiu na reutilização em seu processo produtivo. De acordo com o Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes apresentado pela Petrobrás, o volume total de reúso, em 2016, foi de 24,8 milhões de m<sup>3</sup>, o que corresponde a 11,5% de sua demanda total de água doce, suficiente para abastecer uma cidade de aproximadamente 600 mil habitantes por ano. Foi estimada uma economia anual de R\$ 20,8 milhões nos custos de captação de água e lançamento de efluentes.

Buscando evitar e minimizar a geração de resíduos, no ano de 2016 foram geradas 132 mil toneladas de resíduos sólidos perigosos nos processos empresariais, sendo 30% inferior ao ano de 2015. Houve também redução na geração de resíduos sólidos não perigosos em seus processos. A gestão de resíduos não perigosos alcançou os seguintes percentuais de reciclagem ou reúso: 90% dos papéis, 88% das madeiras, 96% das sucatas, 51% dos vidros e 81% dos plásticos. O volume de vazamento de petróleo e derivados foi de 51,9 m<sup>3</sup> em 2016, 27,5% menor que o volume em 2015.

Em que pese o resultado financeiro para os acionistas ter sido negativo, por diversos fatores como queda de 8% nas vendas de derivados no mercado doméstico - principalmente diesel e óleo combustível, e da menor geração de energia elétrica, houve maiores margens no diesel e na gasolina e menores gastos com importações e participações governamentais no Brasil. Houve lucro operacional, que reverteu o prejuízo de 2015. O EBITDA ajustado, que são os lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, aumentou 16% em relação ao ano de 2015 e a despesa financeira líquida foi inferior à de 2015.

---



Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

Energia é um dos insumos com maior demanda no mundo. A geração de energia elétrica tem apresentado aumento de demanda em diferentes países. No Brasil a Eletrobrás é líder em geração e transmissão de energia elétrica e contribui para que a matriz energética brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Também atua nos segmentos de comercialização, distribuição e eficiência energética. Mais de 90% da capacidade instalada vem de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa.

Quanto à sustentabilidade financeira, obteve lucro de R\$ 3,4 bilhões em 2016 após quatro anos de prejuízo. A Eletrobrás possui uma política de sustentabilidade com uma declaração consonante com a definição de sustentabilidade em seus três pilares, econômico-financeiro, social e ambiental, sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras. No âmbito ambiental o monitoramento se baseia em três elementos principais: Política Ambiental, Comitê de Meio Ambiente e Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS). O Sistema IGS monitora, desde 2010, os indicadores ambientais de todas as empresas do grupo. É uma ferramenta estratégica e possui centenas de indicadores e variáveis, que envolvem temas como água, energia, resíduos, biodiversidade, ações voluntárias e conformidade. A Eletrobrás é uma das empresas que compõem o índice ISE.

Outra empresa de relevância no setor de energia elétrica é a Copel – Companhia Paranaense de Energia, que atua na área de energia elétrica e soluções em telecomunicações no estado do Paraná. O Relatório de Sustentabilidade da Copel reúne as informações apuradas durante o ano anterior, nas diferentes áreas de atuação da Copel Holding e suas subsidiárias. A metodologia desse relatório segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e abrange o conjunto de indicadores do suplemento setorial de energia elétrica.

Em uma pesquisa de opinião do empregado, com o intuito de obter um diagnóstico em relação à sustentabilidade, quase 90% dos 5.915 empregados que responderam a pesquisa, estão comprometidos com as políticas da Copel e 87% compreendem a importância de seguir as diretrizes de sustentabilidade da companhia, visando o uso consciente dos recursos naturais e o respeito do meio ambiente.

A Copel tem como compromisso promover o crescimento econômico com responsabilidade socioambiental em consonância com a Política de Sustentabilidade e de Governança Corporativa. A Copel é uma das empresas que compõem o índice ISE. Desde o início, em 2005, esteve presente em 11 das 12 edições. Além disso, em 2016 obteve a maior evolução desde 2012, ficando acima do desempenho médio da carteira.

A empresa também participa do índice de sustentabilidade da Morgan Stanley Capital International (MSCI), líder mundial na composição de índices financeiros que servem de referência para investidores. A Copel obteve nota máxima em 27 dos 28 indicadores analisados em 2016 e conceito AA em uma escala de sete níveis que vai de CCC até AAA. A Copel também foi selecionada para compor a carteira do FTSE4Good Emerging Index, índice vinculado ao FTSE 100, da Bolsa de Valores de Londres, que reconhece as empresas que possuem boas práticas nas áreas social, ambiental e de governança e é referência para investidores.

É destaque da Copel a iniciativa de ser signatária do Pacto Global da ONU desde 2000, endossando os princípios propostos pela iniciativa e, com relação aos objetivos de ganhos socioambientais, participa da Rede Brasileira do Pacto Global e tem representação no Comitê Brasileiro do Pacto Global – CBPG desde 2004. Como membro do CBPG, a empresa participa do estudo sobre contribuição das empresas do setor elétrico para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançado pelo Pacto Global das Nações

---

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

Unidas.

A Copel assumiu o compromisso em 2012, na Rio + 20, em relação a contribuição empresarial para a promoção da economia verde e inclusiva. A Copel possui diversas iniciativas sobre sustentabilidade como: Seminário Copel de Sustentabilidade que foi reformulado e estendido para Diálogos de Sustentabilidade, Prêmio Copel de Sustentabilidade – Troféu Susie Pontarolli, Programa EletriCidadania, Projeto Iluminando Gerações e Semana Nacional de Segurança com a Energia Elétrica, entre outras.

A Copel realiza investimentos sociais através de incentivos fiscais em áreas como cultura, educação e ações sociais, esporte e saúde. Além disso, participa de iniciativas sociais como o Projeto Fatura Solidária, Cobrança de Valores de Terceiros, Projeto Mais que Energia, Programa Cultivar Energia e o Museu Regional do Iguazu.

Em 2016 foi implantado a Política de Mudança do Clima com o objetivo de promover ações de redução de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). A Copel possui um programa de Ecoeficiência para atingir benefícios econômicos em paralelo com as melhorias ambientais e abrange cinco linhas temáticas: energia, água, papel, mobilidade e combustível e educação e comunicação.

Este estudo de caso múltiplos também envolveu instituições públicas com relevância social e capilaridade expressiva, pois acrescenta ao estudo práticas replicáveis com maior facilidade em outros órgãos públicos, objetivo da pesquisa.

O Ministério Público do Estado do Paraná, MP-PR, possui um Programa de Gestão Socioambiental (PGS), que visa atuar nas ações voltadas para a conscientização e necessidade de mudanças nas práticas e atitudes de forma a possibilitar práticas socioambientais responsáveis, como a separação do lixo reciclável e sua destinação para entidades sociais de recicladores e aquisição de produtos e serviços de empresas envolvidas com a sustentabilidade ambiental. O MP-PR possui um programa de educação socioambiental que busca capacitar e orientar membros e servidores no sentido de adoção de boas práticas. A partir dessa iniciativa, foi aperfeiçoado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Outra ação é a busca por licitações sustentáveis para implementar mudanças no critério de aquisições e contratações, que busquem soluções inteligentes e criativas, incentivando inovações tecnológicas em seus fornecedores e incentivando o seu público interno a comprar apenas o necessário. O MP-PR aderiu ao Programa criado pelo Ministério do Meio Ambiente denominado Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que busca a construção de uma nova cultura institucional nos órgãos públicos, estimulando os princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras.

Também como referência de boas práticas de sustentabilidade em órgão públicos, o estudo abrangeu a análise das práticas desenvolvidas pelo Ministério do Turismo. Este ministério lançou o Guia Turismo e Sustentabilidade com objetivo de estimular o trade turístico a adotar práticas sustentáveis e implementar iniciativas simples que ajudam a reduzir custos ou minimizar o impacto social e ambiental dos empreendimentos. O conteúdo do guia tem como base quatro princípios de desenvolvimento sustentável, que são: sustentabilidade ambiental, sustentabilidade sociocultural, sustentabilidade econômica e sustentabilidade político-institucional.

No âmbito da sustentabilidade ambiental, o Ministério do Turismo incentiva o uso racional da água, a eficiência energética, que busca o melhor desempenho da produção de um bem ou serviço com o menor consumo de energia possível. Nesse sentido, a busca por fontes alternativas de utilização de energia é um opção, como energia fotovoltaica (solar), eólica

---

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

(ventos) e microcentrais hidrelétricas (rios e córregos).

Outra ação importante é a gestão dos resíduos sólidos. Ações como reutilização e reciclagem são utilizadas para minimizar esses impactos, e, inclusive, são fatores geradores de renda.

No âmbito da sustentabilidade socioambiental estão incluídas ações para a acessibilidade e a proteção à infância. Foi criado o Programa Turismo Acessível, que traz informações sobre como adequar os empreendimentos seguindo os critérios de acessibilidade e ainda permite que os usuários cadastrem e avaliem os empreendimentos turísticos de acordo com as suas adaptações para acessibilidade. Foi também criado o Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), que tem como princípios o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e os direitos da criança e do adolescentes. O Programa TSI é dividido em: Projeto de Inclusão Social em Capacitação Profissional, Projetos de Formação de Multiplicadores, Seminários de Sensibilização e Campanhas.

No tocante à sustentabilidade econômica, no que se refere ao crescimento turístico eficiente, são desenvolvidas ações para conciliar postos de trabalho com níveis satisfatórios de renda e controle de custos e benefícios dos recursos, garantindo a continuidade para as gerações futuras. Algumas práticas sugeridas são: aquisição de produtos, serviços e mão-de-obra localmente, investimento de parte do retorno financeiro em programas sociais, cursos de capacitação, projetos socioculturais, entre outros, adoção de políticas inclusivas, adaptação do empreendimento às normas de acessibilidade, investimento em sistemas de consumo eficiente de água e energia, além de práticas de economia de recursos.

A questão da sustentabilidade político-institucional refere-se a solidez e continuidade das parcerias e compromissos estabelecidos entre o governo e a sociedade civil. Algumas sugestões do Ministério são: Aproximar o empreendimento com as entidades representativas do setor, participar de colegiados, fóruns e conselhos estaduais e municipais e criar programas e metas de sustentabilidade para incentivar os funcionários e colaboradores.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) publicou em 1.999 o Código Mundial de Ética para o Turismo, reafirmando o Turismo como fator de desenvolvimento sustentável e de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade. Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), três deles têm relação direta com o turismo: Objetivo 8, empregos dignos e crescimento econômico; objetivo 12, consumo responsável e objetivo 14, vida debaixo da água.

Este estudo abordou também órgãos do Poder Judiciário que apresentam exemplos de boas práticas de sustentabilidade. Ações em diversos tribunais no país buscam atender à Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina a criação de núcleos socioambientais e implantação do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS) que tem por objetivo reduzir despesas, aplicar de forma eficiente os recursos e promover o uso consciente de materiais. Algumas ações como a redução do consumo de copos plásticos, reutilização da água, limitação do uso de combustível e telefone e diminuição de volume de impressões e cópias já estão surtindo efeito.

No Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) em Brasília, soluções de baixo custo são encontradas, como a colocação de garrafas PET como redutor de água nas descargas de banheiro e o uso de tampas de detergente como redutor de vazão das torneiras que reduzem consideravelmente o consumo de água.

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT/MA) também lançou uma campanha interna para arrecadar garrafas PET e tampas e firmou parceria com a companhia



Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

energética local (Cemar) para implantar o Projeto Ecocemar, possibilitando os servidores, colaboradores, magistrados e jurisdicionados a troca de resíduos sólidos (caixas, garrafas PET, produtos recicláveis) por descontos de até 65% na conta de energia elétrica ou doação para entidades filantrópicas.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) implantou um processo de coleta seletiva, destinada à Cooperativa de Reciclagem de São Luís.

A nova sede do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJM-MG) foi feita com material reciclado. Com a economia nessa obra, o prédio recebeu o certificado Green IT (Green Information Technology), em relação à sustentabilidade nas áreas de Tecnologia da Informação.

Já no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) a novidade é o uso de papel produzido a partir das fibras recicladas do bagaço da cana-de-açúcar. Essa experiência foi realizada pelas Divisões de Gestão Ambiental, Almoxarifado e Equipamentos do Tribunal, baseada no tema licitações sustentáveis, que é um dos eixos temáticos da A3P, que o Tribunal aderiu em 2013.

Outra ação interessante é a união de alguns tribunais para realizar compras coletivas, com o intuito de conseguir menores preços. Os Tribunais do Trabalho, Federal, Eleitoral, de Contas e de Justiça de Pernambuco criaram o grupo “Ecos de Pernambuco”. No Pará existe a “Aliança Verde”, formada pelo TRT da 8ª Região (PA e AP), pelo TJ-PA, pelo MP-PA, pelo MPF e pelo TC-PA.

O TRT da 8ª Região instalou painéis de energia solar em sua nova sede em Macapá, que gera energia elétrica suficiente para toda a demanda do tribunal.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pretende disponibilizar no portal do CNJ um “banco de boas práticas” com uma lista de iniciativas sustentáveis já implantadas e com resultados positivos em vários tribunais que podem servir de exemplo.

## **5. Considerações finais**

O objetivo dessa pesquisa foi evidenciar as boas práticas nas áreas de gestão e de responsabilidade socioambiental em empresas privadas e de economia mista, assim como em instituições públicas de diferentes poderes do Governo, com possibilidade de replicação, em particular na administração pública.

Verificou-se que algumas empresas privadas, como Boticário e Robert Bosch, possuem programas e ações voltadas ao respectivo tema. Da mesma forma, em que pese algumas alterações necessárias em função da natureza da empresa, as empresas públicas e de economia mista, nas mais diversas áreas, também possuem programas e ações no âmbito da sustentabilidade, baseada no triple bottom line, abrangendo ações com impacto ambiental, econômico e social.

A pesquisa demonstrou que instituições como Petrobrás, Eletrobrás, Copel, Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente, além de diversos Tribunais de Justiça, Eleitoral, do Trabalho possuem em suas práticas ações que visam alcançar seus objetivos focados no tema sustentabilidade atendendo ao explicitado no relatório Brundtland, denominado nosso futuro comum, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1988).

Ações como o ISE e a Agenda 21 são de extrema importância na medida em que informam tanto a sociedade quanto as instituições acerca das possibilidades de atuação na área de

---

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

responsabilidade, assim como direcionam as ações, contribuindo para as boas práticas.

O presente estudo possui limitações quanto às instituições analisadas e também na quantidade de informações coletadas devido a sua disponibilidade em artigos, livros, relatórios e outros documentos disponíveis.

Para futuros estudos pode ser sugerida a coleta de informações em entrevistas com os responsáveis pelos setores de empresas identificadas com boas práticas de gestão no sentido de identificação de condições de replicação em outras instituições ou empresas.

## Referências

Ações sobre sustentabilidade nos tribunais economizam recursos públicos, Conselho Nacional de Justiça, 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/82878-acoes-de-sustentabilidade-nos-tribunais-economizam-recursos-publicos>

Cartilha do Ministério do Meio Ambiente – Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 5º Edição, 2009

**CERVO, A.L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R.** *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

Guia sobre Sustentabilidade, Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6323-turismo-lan%C3%A7a-guia-sobre-sustentabilidade.html>

Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. BMF Bovespa. Disponível em: [http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm)

**IPIRANGA, A.S.R.; GODOY, A.S.; BRUNSTEIN, J.**, RAM, Revista de administração Mackenzie, vol.12, n.3, São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-69712011000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712011000300002)

**MALHEIROS, T.F.; PHILIPPI JR., A.; COUTINHO, S.M.V.** *Agenda 21 Nacional e indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Contexto Brasileiro*. Saúde Soc., São Paulo: V.17, n.1, p.7-20, 2008.

Programa de Gestão Socioambiental, Ministério Público do Paraná. Disponível em: <http://www.administracao.mppr.mp.br/arquivos/File/PGS.pdf>

Relatório de Sustentabilidade 2015, Grupo Boticário. Disponível em: <http://relatoweb.com.br/boticario/15/index.php>

Relatório de Sustentabilidade 2015, Robert Bosch. Disponível em: [http://media.bosch.com/media/ro\\_master\\_remote/publications\\_documents/Relatorio\\_Sustentabilidade\\_2015\\_PT.pdf](http://media.bosch.com/media/ro_master_remote/publications_documents/Relatorio_Sustentabilidade_2015_PT.pdf)

Relatório de Sustentabilidade, Petrobrás. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/relatorio-de-sustentabilidade/>

Relatório de Sustentabilidade 2015, Eletrobrás. Disponível em: <http://eletrobras.com/pt/Paginas/Sustentabilidade.aspx>

Relatório de Sustentabilidade 2016, Copel. Disponível em: [http://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/relatorio2016/\\$FILE/RelAnual16.pdf](http://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/relatorio2016/$FILE/RelAnual16.pdf)

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

**SCHENINI, P.C.; HELOU FILHO, E.A.; CARDOSO, A.C.F.** *Ações de Sustentabilidade na Gestão Pública*. EnAPG, 2004.

**SZABO, V.; COSTA, B.K.; RIBEIRO, H.C.M.** *Stakeholders e sustentabilidade: produção científica internacional e nacional entre 1998 e 2011*. REBRAE – Revista Brasileira de Estratégia, Curitiba, v.7, n.2, p.174-190, 2014.

**YIN, R.K.**; *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3 edição, Porto Alegre: Bookman, 2005.